

- ON - Ações ordinárias nominativas
- PNA - Ações preferenciais nominativas classe "A"
- PNB - Ações preferenciais nominativas classe "B"
- PNC - Ações preferenciais nominativas classe "C"

As ações preferenciais classe "A" não têm direito a voto, e destinam-se, no primeiro momento, à subscrição e integralização com incentivos fiscais administrados pelo Ministério da Integração Nacional, na forma do Decreto-Lei nº 1.376/74, ficando-lhes assegurados os seguintes direitos e restrições:

- Prioridade no reembolso de capital, pelos mesmos valores que forem reembolsados as ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade;
- Participação integral nos resultados sociais, na forma do estatuto social;
- Participação na capitalização de quaisquer reservas, em igualdade de condições com as de outras classes além das ordinárias; e,
- Inalienabilidade, pelo prazo de 4 anos, a contar da data de sua conversão ou permuta, nos termos do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74.

As ações preferenciais classe "B" têm direito a voto, e destinam-se à subscrição por fundadores e/ou investidores portadores de opções para aplicação de recursos de incentivos fiscais.

As ações preferências classe "C" não têm direito a voto, e se destinam à subscrição, por fundadores, investidores em geral e/ou investidores do art. 9º e/ou à conversão das debêntures subscritas pelo FINAM com base no art. 5º e/ou com recursos previstos no art. 9º da Lei nº 8.167/91, assegurando aos seus detentores as seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição do dividendo máximo que for atribuído a qualquer classe de ações;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Sociedade; e,
- Participação integral nos resultados da Sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

Também, as ações preferenciais classe "C" não tem preferência na subscrição de ações quando estas emissões objetivarem a absorção de incentivos fiscais ou a conversão de debêntures, ambos originários da Lei nº 8.167/91, consoante disciplina o art. 172, da Lei nº 6.404/76.

O capital social autorizado, conforme AGE - Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2008 é de R\$ 600.000, sendo R\$ 450.000 em ações ordinárias e R\$ 150.000 em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 316.323 em ações nominativas sendo R\$ 307.051 em ações ordinárias e R\$ 9.272 em ações preferenciais.

b. Reserva de capital

• Reserva subvenção de investimento

Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, ao qual a Sociedade é beneficiária, atualmente, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de produção de aço (lucro da exploração).

c. Reservas de lucros

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme art. 31 do seu estatuto social.

• Reserva para contingências

É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do estatuto social, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do Patrimônio Líquido.

• Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com o art. 31 do estatuto social, a Sociedade após destinação da reserva legal, reserva para contingências, reserva de lucros - incentivos fiscais e dividendos, o saldo restante constituirá a reserva de retenção de lucros (art. 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado a ser emitido pelo Ministério da Integração Nacional ou órgão que venha a substituí-lo na função de dar continuidade à implantação do projeto aprovado pela extinta SUDAM.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Correção do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, com base em avaliação efetuada por profissionais independentes especializados. Em 2010, a Sociedade registrou o custo atribuído (deemed cost) dos terrenos no montante de R\$ 23.778.

e. Dividendos mínimos obrigatórios

A Sociedade possui ações ordinárias e preferenciais e não tem diferenciação na distribuição dos dividendos. O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir apresentamos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 2012:

	2012
Lucro líquido do exercício	123.265
Constituição de reserva legal	(6.163)
Constituição de reserva	

para contingência (30.816)
Constituição de reserva de incentivos fiscais (22.548)
Lucro líquido ajustado 63.738

Dividendos mínimos obrigatórios (25%) 15.934

19 Receita operacional líquida

	2012	2011
Vendas de produtos - Mercado interno	741.735	622.391
Vendas de produtos - Mercado externo	43.687	33
Venda bruta	785.421	622.424
(-) Impostos sobre faturamento	(156.298)	(132.042)
(-) Devoluções mercado interno	(5.263)	(4.213)
(-) Devoluções mercado externo	(140)	(541)
(-) Ajuste à valor presente - faturamento	(6.653)	(7.081)
(-) Faturado e em transito/reversão	(3.836)	5.433
(-) Deduções das vendas	(172.190)	(138.444)
Receita operacional líquida	613.231	483.980

20 Despesas com vendas

	2012	2011
Despesas com frete - mercado interno	(46.691)	(46.780)
Despesas com frete - mercado externo	(550)	(1.324)
Propaganda e publicidade	(337)	(838)
Comissões de vendas	(2.098)	(1.968)
Provisões para perdas de créditos	(3.915)	(1.969)
Outros gastos com vendas	(5.801)	(5.612)
Total de despesas com vendas	(59.392)	(58.491)

21 Despesas administrativas e gerais

	2012	2011
Pessoal e encargos sociais	(11.736)	(10.204)
Despesas tributárias	(14.772)	(1.277)
Despesas de ociosidade na produção	(176)	(9.033)
Outros gastos gerais e administrativos	(3.379)	(13.508)
	(30.063)	(34.022)

22 Resultado financeiro líquido

	2012	2011
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(5.267)	(5.458)
Varição cambial	(64.015)	(16.695)
Juros passivos	(33.252)	(45.244)
Descontos	(340)	(881)
Despesas bancárias	(295)	(294)
Comissões e corretagens	(2.247)	(1.307)
Outros	(2.242)	(1.577)

c. Composição dos saldos

Instrumentos Financeiros

Instrumentos Financeiros	Mensuração	31/12/2012		31/12/2011	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
"Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado"					
Aplicações financeiras	Valor justo	2.176	2.176	123.507	123.507
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.640	4.640	4.636	4.636
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	72.234	72.234	56.841	56.841
Total ativo financeiro		79.050	79.050	184.984	184.984
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	110.165	110.165	183.286	183.286
Fornecedores	Custo amortizado	82.537	82.537	81.929	81.929
Debêntures	Custo amortizado	130.807	130.807	203.535	203.535
Partes relacionadas - mútuos financeiros	Custo amortizado	81.705	81.705	116.984	116.984
Total passivo financeiro		405.214	405.214	585.734	585.734

Os valores justos dos instrumentos financeiros foram obtidos por meio de informações das respectivas instituições financeiras independentes.

d. Riscos de mercado

• Risco de taxa de câmbio
Parte do passivo financeiro e fornecedores da Sociedade estão suscetíveis a variações cambiais significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. No de exercício de 2012 foi verificada uma variação positiva em relação ao Real de 5,24% (em 2011, variação positiva de 12,54%). A exposição da Sociedade em moedas estrangeiras pode ser identificada conforme segue:

Moeda	2012	2011
a. Financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira	U\$ (32.349)	(47.548)
b. Contas a receber em moeda estrangeira	U\$ 876	37.878
c. Déficit apurado (a-b) (*)	(33.225)	(9.670)

(*) O déficit apresentado ainda pode ser ajustado pelo fato de que os ativos e passivos contratados não estão suscetíveis a mesma moeda (US\$ x Iene x Euro x Real), estando sujeitos a paridades cambiais entre estas moedas.

Análise de sensibilidade

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração busca manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração contrata instrumentos financeiros para eliminar parte sua exposição aos riscos

Total de despesas financeiras (107.658) (71.456)

Receitas financeiras

Varição cambial	60.943	13.560
Receitas de aplicações financeiras	12.755	11.019
Reversão de ajuste a valor presente	-	7.060
Reversão de encargos de debêntures (ver nota 14)	73.926	-
Variações monetárias ativas	1.309	1.315
Outras	2.191	1.773
Total de receitas financeiras	151.124	34.727
Resultado financeiro líquido	43.466	(36.729)

Os juros passivos não foram capitalizados nos termos do CPC 20 visto que a Sociedade utilizou parte dos recursos provenientes de operações com partes relacionadas, sem previsão de encargos, como fonte de investimento em imobilizações em andamento (construções e obras).

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros). A política de gestão de riscos da Sociedade busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade decorrente da volatilidade dos mercados. Nesse contexto, a Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros para se proteger de certas exposições ao risco.

b. Gerenciamento dos riscos

A Sociedade segue sua política de gestão de riscos financeiros mitigando fatores ou eventos, que podem impactar no retorno esperado dos ativos. No cerne da política de gestão de riscos financeiros está a diversificação do portfólio de operações, exigência de contrapartidas, atualizações de cadastros, controle de garantias, entre outras ações.

A política de gerenciamento de risco da Sociedade foi estabelecida pela Diretoria Financeira juntamente com a Diretoria de Sustentabilidade, visando proteger a rentabilidade do negócio, ou o próprio, de riscos específicos ou sistêmicos, sempre quando necessário e julgado pertinente à estratégia corporativa.

A Sociedade é pouco sensível às flutuações diárias dos mercados financeiros e foca suas ações na volatilidade mensal e trimestral para medir o desempenho corporativo, mantendo, todavia, os valores em risco cambial de curto prazo naturalmente protegidos por operações de exportação, não necessitando, até o momento, se utilizar de instrumentos derivativos para restringir os riscos financeiros.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações financeiras. Nos exercícios de 2012 e 2011 a sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar (US\$000)

	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira		
(a) 428		18.739
Passivos em moeda estrangeira		
(b) (15.830)		(23.523)
Exposição líquida (a-b)	(15.402)	(4.784)

Dada a exposição ao risco de oscilação da cotação, a Sociedade apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Sociedade: cotação do dólar em R\$ 2,0435, em 31 de dezembro de 2012; (ii) cenário possível: conforme prática de mercado e deliberação da Administração da Sociedade, o cenário é construído considerando um aumento e redução de 5% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,1456 e R\$ 1,9413, respectivamente; e (iii) cenário remoto, onde, a cotação do dólar é elevada e reduzida em 10% da utilizada no cenário provável, passando a R\$ 2,2478 e R\$ 1,8391, respectivamente.

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado em 31 de dezembro de 2012:

Abaixo demonstramos a variação do déficit no valor US\$ 15.402 mil em 31 de dezembro de 2012 e US\$ 4.784 em 31 de dezembro de 2011, conforme os cenários demonstrados acima: